



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

<b>Ano</b>	2022
<b>Tp. Período</b>	Anual
<b>Curso</b>	CIENCIAS CONTABEIS
<b>Disciplina</b>	0193 - CONTABILIDADE PÚBLICA
<b>Turma</b>	CCN/P

**Carga Horária:** 102

## PLANO DE ENSINO

### EMENTA

Visão teórica dos fenômenos relacionados com a atividade financeira do Estado. Funções básicas do Estado. Meios para a manutenção do Estado. Serviço público: serviço privativo do estado - serviço de utilidade pública. Administração pública: organização político-administrativa. Organização da administração pública. Entidades de administração direta, indireta e serviços sociais autônomos. Estudo e evolução das entidades públicas sob o enfoque econômico, financeiro e patrimonial e seus sistemas de informações. A contabilidade pública e o campo de suas aplicação. Orçamento público. Exercício financeiro. O patrimônio das entidades públicas. Receitas e despesas públicas. Balanço e prestação de contas. Legislação específica aplicável.

### I. Objetivos

Propiciar aos alunos o preparo necessário para atuar em entidades e/ou órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, no que diz respeito ao desenvolvimento de suas atividades regimentais com desenvoltura, segurança, criatividade e qualidade, fatores que implicam diretamente no resultado da gestão pública. Para isso, é apresentado ao acadêmico a legislação aplicável à Administração e Finanças Públicas e as normas técnicas de contabilização das operações, encerramento do exercício social e as respectivas prestações de contas.

### II. Programa

1. INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE PÚBLICA
  - 1.1 Contextualização
  - 1.2 Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) – considerações iniciais
  - 1.3 Aspectos Orçamentário, Patrimonial e Fiscal da CASP
  - 1.4 Alcance e autoridade
  - 1.5 Características qualitativas
  - 1.6 Critérios gerais de Evidenciação nas Demonstrações Contábeis
2. LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO
  - 2.1 Lei 4.320/64
  - 2.2 Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)
  - 2.3 O Decreto Lei 200/67 – Organização da Administração Federal
  - 2.4 NBC TSP – Estrutura Conceitual
  - 2.5 Lei 14.133/21 – Nova Lei das Licitações
  - 2.6 Exercícios
3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS
  - 3.1 Introdução
  - 3.2 Princípios Orçamentários
  - 3.3 Receitas Orçamentária
  - 3.4 Etapas da Receita Orçamentária
  - 3.5 Despesa Orçamentária
  - 3.6 Etapas da Despesa Orçamentária
  - 3.7 Restos a Pagar
  - 3.8 Fonte/Destinação de recursos
  - 3.9 Exercícios
4. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS
  - 4.1 Introdução
  - 4.2 Elementos das Demonstrações Contábeis
  - 4.3 Mensuração de Ativos e Passivos
  - 4.4 Estoques – mensuração e evidenciação
  - 4.5 Ativo Imobilizado
  - 4.6 Ativo Intangível
  - 4.7 Redução ao Valor Recuperável
  - 4.8 Propriedade para investimento
  - 4.9 Receita de Transação com e sem Contraprestação
  - 4.10 Custos de Empréstimos
  - 4.11 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
  - 4.12 Exercícios
5. PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO (PCASP)
  - 5.1 Introdução
  - 5.2 Aspectos gerais
  - 5.3 Estrutura do PCASP
  - 5.4 Código da Conta Contábil
  - 5.5 Atributos da Conta Contábil
  - 5.6 Exercícios



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

<b>Ano</b>	2022
<b>Tp. Período</b>	Anual
<b>Curso</b>	CIENCIAS CONTABEIS
<b>Disciplina</b>	0193 - CONTABILIDADE PÚBLICA
<b>Turma</b>	CCN/P

**Carga Horária:** 102

## PLANO DE ENSINO

### 6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

- 6.1 Introdução
- 6.2 Balanço Orçamentário
- 6.3 Balanço Financeiro
- 6.4 Balanço Patrimonial
- 6.5 Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- 6.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- 6.7 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
- 6.8 Notas Explicativas às DCASP
- 6.9 Consolidação das Demonstrações Contábeis
- 6.10 Exercícios

### 7. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS

- 7.1 FUNDEB
- 7.2 Concessões de Serviços Públicos
- 7.3 Operações de Crédito
- 7.4 Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)
- 7.5 Dívida Ativa
- 7.6 Precatórios em regime especial
- 7.7 Consórcios públicos

### 8. TOMADAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS

- 8.1 Introdução
- 8.2 Responsáveis
- 8.3 Processos
- 8.4 Documentação
- 8.5 Tomada de Contas Especial
- 8.6 Controle Interno
- 8.7 Controle Externo

## III. Metodologia de Ensino

Será utilizado o método do pluralismo metodológico, partindo-se, ora de um plano geral decrescendo-se até planos específicos; ora partindo de um plano específico até chegarmos a um plano geral sobre a Contabilidade Pública. Para atingir esse propósito, serão utilizados:

- a) Aulas expositivas em sala de aula;
- b) Discussões dos temas de forma individual ou em grupos;
- c) Trabalhos práticos.

## IV. Formas de Avaliação

Visando avaliar os conhecimentos adquiridos pelos acadêmicos, o sistema de aprendizagem e avaliação consistirá em prova bimestral objetiva, descritiva ou mista e trabalhos em grupo ou individuais.

Após as avaliações bimestrais (provas), os acadêmicos com nota abaixo da média necessária para aprovação, poderão fazer uma Atividade de Recuperação de Nota (ARN), de acordo com Instrução Normativa emitida pelo Departamento de Ciências Contábeis, no formato de prova individual e sem consulta, sobre o conteúdo trabalhado no período.

## V. Bibliografia

### Básica

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm). Acesso em 04/07/2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm#view](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm#view). Acesso em 04/07/2021.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em 04/07/2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TSP – Estrutura conceitual. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>. Acesso em 04/07/2021

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 8 ed. Ministério da Fazenda, 2019.

KOHAMA, Heilio. Balanços Públicos: teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. Contabilidade pública: uma abordagem da Administração Financeira Pública. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

### Complementar



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

<b>Ano</b>	2022	
<b>Tp. Período</b>	Anual	
<b>Curso</b>	CIENCIAS CONTABEIS	
<b>Disciplina</b>	0193 - CONTABILIDADE PÚBLICA	<b>Carga Horária:</b> 102
<b>Turma</b>	CCN/P	

## PLANO DE ENSINO

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm). Acesso em 16/02/2020.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em 04/07/2021.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm). Acesso em 04/07/2021.

MACHADO JUNIOR, J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. A lei 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 31 ed. Editora: IBAM, 2003.

---

## APROVAÇÃO

**Inspetoria:** DECIC/G  
**Tp. Documento:** Ata Departamental  
**Documento:** 007/2022  
**Data:** 13/07/2022